

Secretaria de
Estado da
Administração



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico

Ementa: 1.
Análise
Jurídica Final.
2. Pregão
Eletrônico. Lei
Federal
14.133/2021.
Decreto
Estadual nº
10.247/2023 e
Decreto nº
10.207/20233.
Instrução
Normativa
01/2024-
SEAD.
Formalização
de Ata de
Registro de
Preços.
Prosseguimento
do feito com a
recomendação
de que sejam
observadas
integralmente
as imposições
normativas e
orientações
dos órgãos
consultivos e
de controle
apresentadas
no parecer.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de Pregão eletrônico que tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Gerenciamento de Combustíveis, no valor estimado de R\$ 255.127.318,50 (duzentos e cinquenta e cinco milhões cento e vinte e sete mil trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

2. O procedimento licitatório foi objeto de análise por esta Setorial via Parecer Jurídico (73177), oportunidade em que foram analisados os fundamentos legais e procedimentais da fase interna do procedimento licitatório, restando aprovadas as Minutas do Edital de Licitação e Contratual, condicionado tal ato ao atendimento das orientações lançadas naquele expediente.

3. Após a abertura da sessão de realização do procedimento licitatório, recebidas as propostas e ofertados os lances, analisados os documentos de habilitação e decididos os recursos, os objetos foram adjudicados e a licitação homologada, tendo sido os autos encaminhados a esta Setorial para a formalização da Ata de Registro de Preços (122480)
4. Os autos foram enviados a esta Procuradoria Setorial (122165), em obediência ao previsto no art. 53, I e II, da Lei Nacional nº 14.133/2021.
5. É o sucinto relatório. Passa-se ao opinativo.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Da competência da Procuradoria Setorial.

6. Preliminarmente, cumpre registrar que nos termos da atual redação do art. 47, §1º, da Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006, compete ao Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial o exame dos ajustes com valores de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

7. Sendo o caso dos autos superior ao valor acima mencionado, compete a este consultivo a manifestação opinativa conclusiva encaminhada a qual será encaminhada ao Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado, quem manifestará definitivamente sobre a aprovação pretendida pela Administração Pública.

Quanto à modalidade de licitação eleita.

8. O pregão é a "modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto" (art. 6º, XLI, da Lei n. 14.133/2021), entendendo-se por bens e serviços comuns "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado" (art. 6º, XIII, da Lei n. 14.133/2021).

9. Convém esclarecer que a utilização da forma eletrônica se afigura adequada, por atender a preferência estabelecida no art. 17, §2º, da Lei n. 14.133/2021.

10. A Instrução Normativa 001/2024 da SEAD, dispõe que as licitações e contratações diretas para contratação de bens e serviços, cujas demandas são comuns entre os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual serão efetuadas, preferencialmente, por contratações compartilhadas.

11. Conforme o art. 27, da referida Instrução Normativa, o procedimento do SRP conterá as seguintes fases, observado o disposto nas normas estaduais que regulamentam a etapa preparatória das contratações:

- I- Etapa preparatória; (Contratação 104486)
- II- Intenção de Registro de Preços - IRP; (202400005019363)
- III- Seleção do fornecedor; (104795)
- IV- Formalização e gerenciamento da Ata de Registro de Preços;

12. Quanto ao processo 202400005019363, **onde foi instrumentalizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, conforme indicado no checklist, reitera-se a orientação constante no parecer prévio, que os autos esteja disponível para acesso.**

13. Ainda, as recomendações traçadas no parecer jurídico prévio (73177), foram respondidas por meio do documento constante no evento 77711, tendo sido atendidas boa parte das recomendações delineadas e sendo justificadas as que não foram atendidas.

Da regularidade do procedimento licitatório.

14. Quanto ao procedimento em tela, faz-se necessária a verificação dos seguintes aspectos: regularidade do procedimento licitatório, regularidade da contratada, regularidade da instrução, e, por fim, os termos da Ata de Registro de Preços a ser formalizada com a fornecedora registrada.

15. Havendo regularidade sob esses prismas, nenhum óbice haverá para a efetiva formação do contrato, juntamente com a regularidade fiscal, financeira e orçamentária da despesa, que deverá ser aferida quanto às condicionantes definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Finanças Públicas no momento de eventual contratação.

15. Em complemento, cumpre salientar que o exame dos autos se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, não competindo adentrar, ademais, na esfera da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito desta Pasta. Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo,

inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente desta Secretaria, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

16. Encerrada a instrução da fase preparatória do processo, nos termos do Decreto 10.207/2023, o inteiro teor do edital de licitação e seus respectivos anexos, devem ser publicados na forma e prazo estipulados na legislação.

17. Assim, nota-se dos autos que o Pregão Eletrônico SRP nº 62/2024 – SEAD/GECC, com sessão pública eletrônica marcada para o dia 22/10/2024, foi publicado em 07/10/2024 no Diário Oficial do Estado – DOE ([87786](#)) e em jornal de grande circulação ([87782](#)). Quanto ao jornal de grande circulação, **não foi possível verificar a data de publicação, o que dificulta a comprovação de cumprimento do prazo previsto no art. 55, II, a, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 21, do Decreto Estadual nº 10.247/2023, nem foi localizado o comprovante de publicação do edital no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, o que recomenda-se desde já que seja sanado.**

18. Foi anexado aos autos o comprovante de comunicação do TCE-GO. ([Informe de Publicação do Edital- TCE-GO](#) / [Informe de publicação do Aviso de Licitação- TCE-GO](#)).

19. Não foi localizado nos autos o comprovante de divulgação do Pregão no sítio eletrônico oficial da SEAD. Assim, em cumprimento ao que determina o art. 15, I, do Decreto Estadual 10.247/2023, deve ser providenciada a juntada da respectiva publicação.

20. Na data prevista no aviso de Edital, iniciou-se a sessão do pregão eletrônico, com a expressa divulgação das propostas recebidas e ofertados os lances, consoante Ata de Sessão Eletrônica ([116777](#)), conforme o disposto no Capítulo IV do citado Decreto Estadual nº 10.247/2023 e no Edital de Licitação.

21. Em sequência, conforme previsão do art. 34 do Decreto estadual nº 10.247/2023, houve verificação da conformidade da melhor proposta apresentada pela empresa VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ 25.165.749/0001-10. Após o Pregoeiro declarou que *“considerando que a licitante VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA. apresentou toda a documentação de habilitação exigida, incluindo os atestados de qualificação técnica mínima, determino a abertura de diligência, com base no item 7.6 do edital, para que a equipe técnica realize a análise da proposta comercial e os atestados de capacidade técnica fornecidos pela licitante. e ainda, defina a data de teste de funcionalidade do sistema, conforme item 6.2 do termo referência (anexo do edital)”*.

22. Em 11/11/2024, foi divulgado o resultado do teste de funcionalidade, nos seguintes termos *“após a realização do teste de funcionalidade com a empresa volus instituição de pagamento ltda, no dia 07/11, acompanhado e analisado pela comissão de servidores da gerência de frotas da secretaria de estado da administração, foi decidido, conforme parecer final e ata publicado nos sites PNCP e SISLOG, pela não aprovação no teste de funcionalidade (itens 6.2.3 e 6.2.4 do termo de referência)”*.

23. Na forma do art. 39, Decreto estadual nº 10.247/2023, foi reaberta a etapa de lances.

24. Assim, em 12/11/2024, *“considerando que a licitante NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA. apresentou toda a documentação de exigida: proposta atualizada, documentação complementar, incluindo os atestados de qualificação técnica mínima. passaremos para a fase de teste de funcionalidade do sistema que ocorrerá na segunda-feira, dia 18/11/2024, às 09:00h da manhã na sede da sead (anexo vila yate), prédio SEAD, situado na avenida Laurício Pedro Rasmussen/ rodovia br153, qd área s/n área 1, Vila Yate, Goiânia-GO - CEP 74.620-030, telefone 62 32018767, conforme item 6.2 do termo de referência. Neo Consultoria E Administracao De Beneficios Ltda, inscrita no CNPJ 25.165.749/0001-10. Retomada a sessão, em 21/11/2024, foi declarado que “após a realização do teste de funcionalidade com a empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda., no dia 18/11, acompanhado e analisado pela comissão de servidores da Gerência De Frotas Da Secretaria de Estado da Administração, foi decidido, conforme parecer final e ata publicado nos sites PNCP e SISLOG, pela aprovação no teste de funcionalidade (itens 6.2.3 e 6.2.4 do termo de referência)”*.

25. Aberto o prazo para apresentação de Recurso Administrativo, foi interposto pela empresa TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA (111881), apresentada contrarrazões ([111883](#)) e posteriormente sendo recurso conhecido e julgado improcedente (115796), bem como o pedido de reconsideração subsequente não foi conhecido por intempestividade e igualmente julgado improcedente ([115796](#)).

26. Nos termos do art. 50, do Decreto Estadual 10.247/2023 c/c art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, lavrou-se o Termo de Julgamento e Homologação do certame ([116449](#)), sendo publicado no Diário Oficial ([117602](#)). Consta, também, o comprovante de envio de resultado ao TCE ([11761](#)).

27. Não foi localizado nos autos a publicação do Aviso de Resultado no Portal Nacional de Contratações Públicas.**Da regularidade da contratada.**

28. Constam nos autos apenas as certidões de regularidade junto a fazenda pública Federal, ao FGTS, regularidade trabalhista, regularidade junto a fazenda pública estadual, e junto ao município de Goiânia, além das Declarações do Cadin Estadual-DCAD e certidões negativas de suspensão de licitar/contratar com a Administração Pública, documentos de identificação dos representantes da empresa vencedora ([104805- Proposta e documentos - NEO](#)), devendo, para tanto, serem atualizadas, as porventura vencidas antes da assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 51, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.247/2023.

Da previsão orçamentária.

29. Por se tratar de Sistema de Registros de Preços, não serão exigidos, por ora, o cumprimento de certos comandos legais, mormente de aspectos financeiros, os quais deverão ser satisfeitos no momento em que forem realizadas as contratações, nessa oportunidade, incidirão os regramentos atinentes à seara orçamentário-financeira, como: a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira do artigo 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000; a Programação de Desembolso Financeiro; as Notas de Empenho correlatas ao custeio do ajuste; e demais documentos de alçada financeira.

Da Minuta da Ata de Registro de Preços.

30. A minuta da Ata de Registro de Preços ([122480](#)) consta as cláusulas contratuais mínimas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, estando, portanto, devidamente adequado às exigências legais e apto à assinatura da autoridade competente.

31. Por oportuno, esclareça-se que a responsabilidade pela aferição da regularidade da execução do objeto, bem como por qualquer outro aspecto fático e técnico, e não estritamente jurídico, repousa inteiramente sobre o órgão gestor do contrato, pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, sendo aqui tomados por pressuposto.

Demais Considerações

32. Na forme do art. 40, § 4º, c/c art. 41, 2º, da IN 001/2021-SEAD, os preços registrados, com a indicação dos fornecedores, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, bem como, deve ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema oficial de contratações do Estado.

33. Do mesmo modo, impõe-se a apresentação do Certificado de Informação de Resultado de Procedimento Aquisitivo, emitido pela Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, da Secretaria de Estado da Administração.

34. Deve ser anexada a Portaria da Contratação que designa o Agente de Contratação, o Gestor e o Fiscal do contrato, em atendimento ao art. 2º e 20 do Decreto estadual nº 10.216/2023.

III - CONCLUSÃO

35. Destaca-se que não compete a esta Procuradoria Setorial validar e realizar adequações em atendimento às recomendações assinaladas em seus pareceres, conforme nova redação dada ao art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 58/2006, alterado pela recente promulgação da LCE nº 164/2021, bem como considerando interpretação conferida pela Procuradoria-Geral do Estado na Nota Técnica n.º 1/2021 (202100003008897). Salvo, quando houver controvérsia jurídica objetiva e específica expressamente apontada pela unidade consulente.

36. A aferição dos critérios técnicos, econômicos, administrativos e de conveniência e oportunidade devem ser realizados pelas outras unidades administrativas, o que é condição imprescindível para a contratação pretendida.

37. Por fim, tendo em vista o disposto art. 47, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 58, de 04 de julho de 2006, submete-se o feito à apreciação jurídica final do Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado.

38. Encaminham-se os autos à Procuradoria-Geral do Estado, via Consultoria-Geral, para análise a seu mister.

GOIANIA, aos 27 dias do mês de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CUNHA CHUEIRI, Procurador (a) do Estado**, em 27/01/2025, às 14:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **69889883** e o código CRC **088040FC**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP
74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202400005006735



SEI 69889883